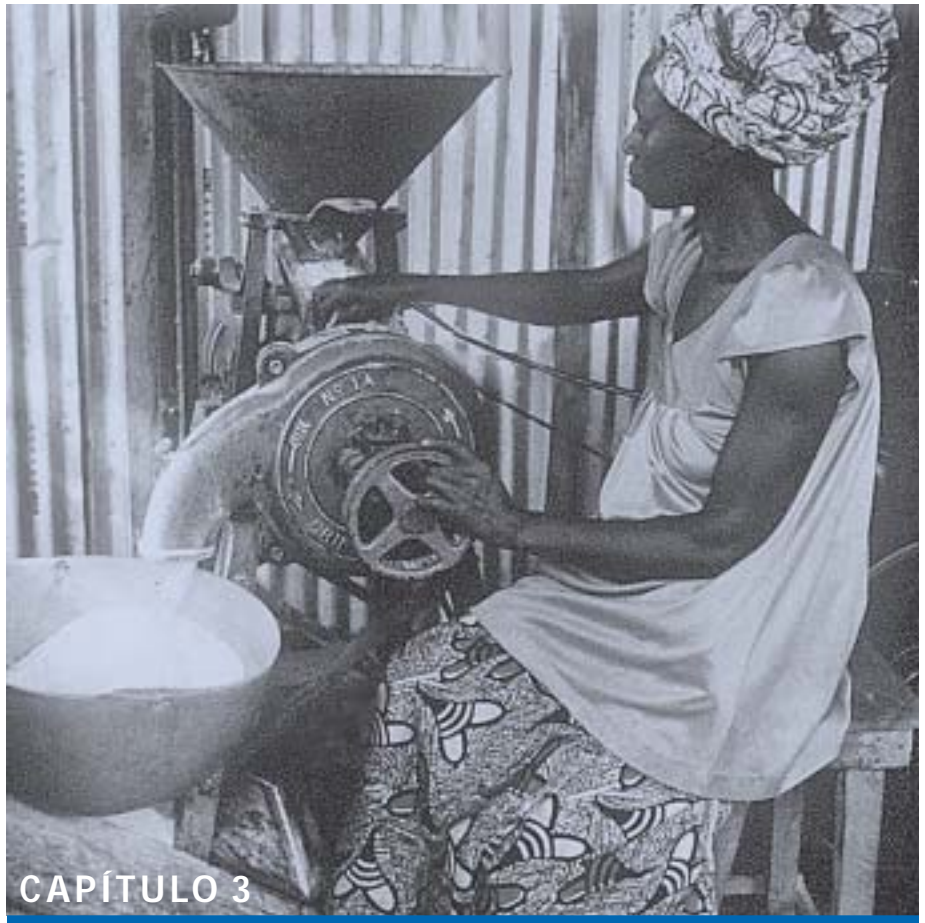


Foto: Evan Schneider/PNUD



## CAPÍTULO 3

## COMO DESENCADEAR O PODER DO SETOR PRIVADO

**A** Comissão reconhece que as restrições para o desenvolvimento de um setor privado sustentável são bem conhecidas – e geralmente aceitas como tal. O mesmo ocorre com os elementos principais das políticas formuladas para minorá-las. O grande desafio consiste em passar do estágio da compreensão dessas principais limitações, para o estágio em que se desenham “pacotes” de soluções específicas, aplicáveis pelos países. O foco da atenção, nesse momento, deve passar de mera determinação de “quais” são as limitações, para centrar-se em “como” elas podem ser superadas e “quem” irá superá-las. Aqui examinaremos os passos políticos e administrativos que podem diminuir essas restrições e contribuir na criação da capacidade necessária para governar transações, capacidade esta que é vital para o desenvolvimento do setor privado e para o funcionamento eficiente de uma economia de mercado.

A Comissão tem enfatizado que o setor privado é importante para os pobres, de várias maneiras. Se os benefícios das reformas são claramente articulados e seus resultados rapidamente vistos, iniciativas construtivas para o desenvolvimento do setor privado podem traduzir-se em maior apoio político. E o ímpeto e o

**FIGURA 3.1 FORTALECENDO A EFETIVIDADE DAS ATIVIDADES TRADICIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRIVADO**

	Direcionadas aos atores do setor público	Direcionadas aos atores do setor privado
<b>Dirigidas por atores do setor privado</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>■ Empresas</li> <li>■ Organizações da sociedade civil</li> <li>■ Fundações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ estabelecer padrões mais amplos (normas industriais, sustentabilidade, controle corporativo)</li> <li>■ Pressionar por mudanças nas políticas</li> <li>■ Promover o processo participativo através do diálogo com a sociedade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Vínculos negociais e parcerias</li> <li>■ Investimento, incluindo investimento estrangeiro direto</li> <li>■ Mentoria para empreendedores</li> </ul>
<b>Dirigidas por atores do setor público</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>■ Governos locais</li> <li>■ Colaboradores governamentais</li> <li>■ Agências de desenvolvimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Reforma nas políticas</li> <li>■ Assessoramento para formulação de políticas</li> <li>■ Financiamento e suporte técnico às reformas do setor público</li> <li>■ Transferências financeiras (assistência, empréstimos)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Parcerias público-privadas, por exemplo, para provisão de serviços essenciais</li> <li>■ Órgãos consultivos público-privados</li> <li>■ Privatização ou terceirização</li> <li>■ Promoção de investimentos</li> <li>■ Diretamente prover serviços de desenvolvimento de negócios</li> <li>■ Financiamento direto</li> </ul>

consenso para a mudança, assim produzidos, podem proporcionar a plataforma para um programa global de reforma e de mudança.

Algumas lições gerais, frutos da experiência:

- Reformas bem-sucedidas geralmente são aquelas nas quais os governos e tomadores de decisão envolvidos assumem voluntariamente compromissos de mudança claros.
- Reformas recheadas de condicionantes raramente são bem sucedidas, quando os governos que as implementam não estão comprometidos.
- Mudanças significativas frequentemente ocorrem quando os países enfrentam graves crises econômicas (Índia em 1991, Leste Asiático no final da década de 90), e a resposta a essas mudanças

pode ser rápida. Obviamente, é melhor não esperar por uma crise para iniciar as reformas.

- Mudanças podem também resultar de alterações profundas na filosofia econômica básica (China, Vietnã e Leste Europeu).
- Novos governos que substituem antigos regimes com histórico de governança deficiente (Quênia, Nigéria nos últimos anos) podem muitas vezes utilizar o ímpeto da mudança para implementar reformas.
- Mudanças quase sempre implicam em novos papéis para o setor privado local e para organizações da sociedade civil, incluindo organizações de empregados e de empregadores.
- Tecnologia é o agente de muitas das mudanças necessárias, e novas tecnologias permitem que mudanças sejam implementadas muito mais rapidamente do que normalmente se pode esperar.

Apoio ao desenvolvimento do setor privado – nacional e mundial – pode envolver pesquisa econômica, assessoramento à formulação de políticas macroeconômicas e setoriais, assistência técnica e apoio financeiro direto a projetos específicos do setor privado. Salvo este último caso, a maioria dessas intervenções envolve governos e instituições públicas em países em desenvolvimento (Figura 3.1).

Os principais atores públicos nessa área são o Grupo Banco Mundial (incluindo a Corporação Financeira Internacional e a Agência Garantidora de Investimento Multilateral) e o Fundo Monetário Internacional. Os bancos de desenvolvimento regional, incluindo o Banco Asiático de Desenvolvimento, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, também concentram esforços no suporte à criação de um ambiente propício para o desenvolvimento empreendedor nas suas respectivas regiões. Importantes funções também são desempenhadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em pesquisa e formulação de políticas, e pelas principais organizações especializadas da ONU, como a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, a Conferência das Nações Unidas em Comércio e Desenvolvimento, a Organização Internacional do Trabalho e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Agências bilaterais e instituições (como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional e a Companhia Financeira de Desenvolvimento da Holanda) também se dedicam a pontos

importantes da tarefa, incluindo melhorias no acesso ao capital e suporte ao desenvolvimento de microempreendedores e pequenas e médias empresas.

A Comissão acredita que qualquer abordagem ao desenvolvimento do setor privado – e as políticas e recomendações que a acompanham – precisa ser baseada no entendimento de que a poupança, os investimentos e as inovações que conduzem ao desenvolvimento são efetuados principalmente por indivíduos privados, corporações e comunidades. Portanto, os governos devem agir como facilitadores do desenvolvimento do setor privado, evitando ações que o impeçam. Governos e agências intergovernamentais só conseguem facilitar o desenvolvimento do setor privado através de estímulos aos mercados que funcionam de forma competitiva. Para tal, devem:

- Oferecer ambientes condutivos a operações e investimentos, nos quais todas as empresas privadas (nacionais, estrangeiras, politicamente associadas ou não) possam prosperar sem temores ou favores, o qual passa por um contexto social geral politicamente estável e previsível, que conta com regras adequadas ao favorecimento da competição, velando de forma adequada à sua efetiva aplicação, e que conta ainda com princípios macroeconômicos sensatos, incluindo uma política fiscal que permita o desenvolvimento do setor privado formal e que seja adequada ao financiamento da infra-estrutura física e humana necessárias.
- Estabelecer sistemas legais e judiciais que funcionem adequadamente, protejam direitos de propriedade e promovam a resolução de disputas contratuais – sistemas percebidos como capazes de operar com credibilidade e eficiência, quando comparados a padrões internacionais.
- Facilitar a movimentação do capital privado de todos os tipos, e não apenas do investimento estrangeiro direto, através do fomento à progressiva evolução dos mercados de capital nacionais e de seus vínculos com mercados de capital regionais e globais. No entanto, a liberalização dos fluxos de capital financeiro exige muita prudência. É necessário que exista um sistema financeiro sólido, com boa regulamentação e cumprimento das normas, antes que se proceda à total liberalização.
- Influenciar favoravelmente as percepções de risco global, nacional e regional, através de melhoras na disseminação da informação em tempo real (e não simplesmente através de marketing promocional das oportunidades de investimento) e estimular comportamentos, por parte do governo, que excitam e estimulem os investidores nacionais ou estrangeiros, ao invés de desencorajá-los.
- Criar subsídios e incentivos tributários onde isto for claramente necessário para corrigir as imperfeições do mercado, e evitar o uso excessivo de medidas que podem ser politicamente atrativas no curto prazo, mas contraproducentes para o sólido desenvolvimento do setor privado no longo prazo.
- Prover ou facilitar o fornecimento privado de infra-estrutura básica (energia, água, comunicações, transporte) através de parcerias público-privadas, modelos inovadores de regulação e outros meios para garantir que empresas privadas não sejam levadas a desvantagens competitivas.

## CONSTRUINDO AS BASES

O capítulo 2 discutiu o macroambiente nacional e internacional e a disponibilidade da infra-estrutura física e social. Neste capítulo, nos concentraremos em ações mais específicas para a promoção do estado de direito e a criação de condições competitivas justas para os empreendedores. Nós também tocaremos nos princípios gerais que precisam ser adotados para ampliar o acesso ao financiamento e a disponibilidade de capacidades e conhecimento. A implementação efetiva dessas políticas pode ajudar os empreendedores privados a realizar transações, com a confiança de que as bases contratuais dessas transações serão cumpridas. Em qualquer economia, é preciso que exista uma sólida governabilidade das transações, para liberar a energia do empreendedorismo nacional.

### Fortalecendo o estado de direito

Para empresas privadas, o estado de direito constitui a base de um marco regulatório previsível e da governabilidade das transações entre atores privados. Para assegurar o estado de direito, não basta ter ou criar um conjunto apropriado de normas – é preciso garantir que as leis serão cumpridas de maneira justa.

Existe uma necessidade imperiosa de assegurar a integridade do serviço público, e portanto o governo deve:

- Estabelecer e aplicar procedimentos públicos transparentes, abertos e não-excludentes, para as contratações e aquisições públicas.

- Estabelecer sistemas abertos, transparentes, eficientes e justos para a contratação de servidores públicos, de modo a garantir eficiência e a qualidade dos serviços públicos e a evitar o tráfico de influência, o nepotismo e o favorecimento.
- Oferecer mecanismos para incentivar a educação, a formação e a supervisão, assim como códigos de conduta, que fomentem e recompensem a integridade e o profissionalismo.
- Estabelecer um sistema para evitar conflitos de interesse e influência indevida sobre servidores públicos, oferecendo também mecanismos através dos quais um funcionário público possa denunciar tais condutas sem colocar em risco a sua segurança e sua posição profissional.

Assegurar a integridade no serviço público é assegurar a responsabilidade e a transparência nas ações dos servidores públicos. Isso requer dos governos:

- A mobilização de uma ampla base de apoio, mediante campanhas participativas anti-corrupção, dirigidas aos setores público e privado.
- O estabelecimento de procedimentos de controle adequados para a administração e o setor públicos, assim como métodos e sistemas que disponibilizem, pública e tempestivamente, relatórios sobre as decisões tomadas e os resultados obtidos no setor público.
- A garantia de transparência nos procedimentos públicos para aquisições, privatizações, adjudicação de projetos e

permissões estatais, assim como para empréstimos de bancos nacionais e outros empréstimos garantidos pelo governo, para alocações orçamentárias e para isenções fiscais. Tais procedimentos devem estimular a livre concorrência e prevenir a corrupção, bem como proporcionar ambientes regulatórios descomplicados, através da eliminação das regras conflitantes, ambíguas ou excessivas que sobrecarregam as empresas.

- A criação de sistemas de acesso à informação sobre gastos públicos.
- O fortalecimento de medidas para combater o suborno e promover a integridade das operações negociais.

### Proteção aos direitos de propriedade

Há evidência abundante de que os governos fazem muito pouco para salvaguardar os direitos de propriedade. Os países em que se registram as melhores práticas dispõem de tribunais eficientes, e leis e instituições que os respaldam, para definir os direitos de propriedade dos cidadãos e das empresas. No entanto, em muitos países em desenvolvimento, as instituições que definem e fazem valer os direitos de propriedade – o sistema judiciário, cartórios e os órgãos responsáveis por efetivar o cumprimento da lei – são muitas vezes as instituições públicas menos modernas e aquelas que contam com os menores volumes de recursos, dentre as instituições públicas.

Os direitos de propriedade das empresas podem muitas vezes ser protegidos através da criação de meios alternativos de solução de controvérsias com outras empresas, clientes, fornecedores e funcionários de governo.

- Sistemas alternativos para solução de controvérsias oferecem um substituto aos morosos e caros tribunais formais, pois conseguem prover proteção legal previsível aos contratos e propriedades dos pequenos empreendedores. A Argentina estabeleceu um sistema alternativo piloto, e o resultado foi que 66% de 32 mil conflitos comerciais foram resolvidos em um prazo médio de dois meses (bem melhor que a média de 3-4 anos, obtida no sistema formal).
- Distribuição automática e aleatória de processos aos juizes, utilizando sistemas computadorizados, aumentam a eficácia do Judiciário e reduzem a corrupção. Em uma experiência piloto da Eslováquia, o tempo transcorrido entre o protocolo da ação e a primeira audiência foi reduzido de 73 para 28 dias, e o número de fases do processo diminuiu de 23 para 6 passos.
- Tribunais especializados em cobranças de dívidas resolvem as reclamações com maior celeridade, pois quem os preside tem maiores competências para aplicar a legislação responsável sobre todo o processo de cobrança, desde o embargo até o leilão da propriedade, se isto for necessário. Na Colômbia, um tribunal especializado em cobrança de dívidas conseguiu que o número de processos tramitados passasse de 4 mil para 11 mil por ano (1996-2000), resolvendo 75% dos casos em um ano, e reduzindo o estoque de processos pendentes em 5 mil casos.

## ERGUENDO OS PILARES

O Capítulo 2 também descreveu os três pilares indispensáveis para o empreendedorismo e para o

crescimento do setor privado: condições justas, acesso a financiamento, e conhecimentos e capacitação.

### Criando condições justas

Criar e preservar condições justas para as empresas requer um sistema de regras e de mecanismos de controle que inspire confiança e limite razoavelmente os custos e encargos dos empreendimentos. Nos últimos anos, esta área tem recebido mais atenção dos atores públicos e privados de desenvolvimento. Um dos principais focos de atenção tem sido o aperfeiçoamento da legislação e da regulação. No Vietnã, uma nova lei de sociedades contribuiu para a criar um milhão de novos postos de trabalho. Um ambiente justo implica ainda em fortalecer as instituições responsáveis por colocar em prática a regulamentação e zelar pelo seu cumprimento. A receita parece não deixar dúvidas – antes de mais nada, é preciso extirpar o comportamento habitual que gera a regulação deficiente. Sempre há alguém que se beneficia de cada regra, e encontrar formas de vencer sua resistência é o primeiro passo para uma reforma efetiva.

**Simplificando regras.** Um elemento importante para o ambiente empresarial justo consiste em simplificar as regras que afetam o registro, a operação e a extinção de empresas privadas. A experiência demonstra que a maneira de abordar essas questões é muito simples – necessita-se apenas de vontade real de implementar mudanças. Os passos fundamentais implicam em adotar as melhores práticas no que se refere ao registro de empresas, às mudanças de titularidade, ao encerramento das operações e à governança das transações. Exemplos de programas de ação incluem:

- Quiosques e postos de atendimento que simplificam o registro comercial e da propriedade s.,o eficientes, e sua maior transparência contribui para minimizar a corrupção em todos os níveis. Na Tanzânia, a Agência de Registro e Licenciamento de Negócios reduziu o tempo de registro de novas empresas, de 90 para 3 dias. Na Índia, o processo eletrônico para registro de propriedades, implantado no estado de Andhra Pradesh, reduziu o tempo dispendido de 7-15 dias para poucas horas.
- Licenças unificadas para empresas permitem aos governos consolidar os registros de empresas, de modo que os empreendedores necessitam obter apenas uma licença para tornarem-se proprietários de uma empresa e poder exercer suas atividades, em vez de uma variedade de licenças em cada nível governamental. No Quênia, as licenças únicas para empresas permitiram reduzir os custos para as pequenas empresas e aumentar em 30-40% a arrecadação do governo.
- A responsabilidade pelo recolhimento de impostos (incluindo taxas alfandegárias) e pela fiscalização passa a ser exercida por autoridades tributárias unificadas, para todos os níveis de governo. Em Zâmbia, um sistema com estas características eliminou duplicidades nas inspeções e fiscalizações, ao mesmo tempo em que melhorou os serviços ao consumidor e o cumprimento da normativa vigente.

Muitas dessas mudanças podem reduzir substancialmente a informalidade na maioria das economias, sobretudo quando vêm

acompanhadas de esforços de cada país para melhorar sua compreensão das características das empresas informais. Porém, a informalidade é tão difundida e difícil de erradicar que requer um enfoque especial.

Buscar maneiras de aumentar os benefícios da formalização é uma das estratégias possíveis. Este resultado pode ser obtido, em parte, abrindo-se as licitações públicas à participação de atores informais que cumpriram os trâmites de formalização caso viessem a ser declarados vencedores, e melhorando-se o acesso ao mercado através da organização de feiras comerciais e do estabelecimento de contatos com compradores internacionais. Oferecer serviços de desenvolvimento empresarial a preços acessíveis, para aprimorar a capacidade gerencial, a produtividade e a qualidade, são estratégias comprovadas de apoio a pequenas e médias empresas formais.

Boa parte do êxito dessas iniciativas reside numa crescente tomada de consciência sobre os custos da informalidade – e a uma mudança de mentalidade. Pode-se fomentar o debate público através de campanhas de conscientização, e pode-se fortalecer as organizações da sociedade que representam os interesses de pequenas empresas.

**Criando mercados competitivos.** A criação de mercados competitivos e a redução da influência das empresas já estabelecidas são cruciais para nivelar as condições vigentes. Quando já existem empresas estabelecidas dominantes, pode-se contribuir para a abertura de mercados através de três ferramentas: inovação tecnológica, desenvolvimento de mecanismos de

financiamento, comércio e fluxos de capital mais livres. Mudanças tecnológicas incentivam a competição e aliviam as restrições de entrada. Ao trazer pressão de fora, a tecnologia ajuda a derrubar barreiras de entrada e a criar as bases para futuras intervenções para eliminação de restrições à entrada nos mercados. Um mercado financeiro desenvolvido promove a competição pois facilita o acesso a recursos de empréstimo e de financiamento para aquelas empresas que não dispõem de contatos ou de acesso a subsídios. Os fluxos comerciais e de capital também reduzem a capacidade das empresas já estabelecidas de influenciar a governabilidade das transações, ao fomentar a concorrência entre empresas nacionais e estrangeiras.

A competição gera vencedores e perdedores, o que se supõe uma fonte de tensão entre os mercados e a democracia. Quem trabalha em empresas ineficientes pode acabar sofrendo as desvantagens das mudanças, sobretudo quando não existem redes de proteção social adequadas. Dessa maneira, é ideal que a abertura de mercados para a concorrência ocorra de forma escalonada, de maneira que a abertura completa tenha lugar apenas quando já se conte com um conjunto sólido de instituições que possam velar pelo adequado funcionamento do mercado. É preciso ainda que se articule um rede de proteção social voltada para as pessoas e não para as empresas, que possa prestar assistência socioeconômica àqueles indivíduos que tenham sido prejudicados.

Para que o processo de mudanças continue apesar dessas tensões, é preciso que os custos de mercados não-competitivos se tornem transparentes. A sociedade deve ser

conscientizada, e um modo de fazê-lo consiste em evidenciar as diferenças de preços e qualidade existentes entre produtos produzidos em economias protegidas e aqueles oriundos de economias mais abertas. Outra forma de demonstrar estes custos seria disponibilizar informações sobre o valor dos subsídios que acabam destinados a empresas protegidas.

**A reforma fiscal – simplicidade, clareza e estabilidade.** A criação de uma ambiente favorável às pequenas e médias empresas requer uma política fiscal que responda às suas necessidades, incentive a implementação de novas iniciativas e ajude a expansão das empresas que já existem. Os governos precisam desenvolver políticas fiscais em colaboração com pequenas e médias empresas, simplificando as regras que lhes dizem respeito, reduzindo suas cargas tributárias e fomentando a transparência e a estabilidade.

Os governos também necessitam de mecanismos formais para organizar regularmente reuniões e consultas, que assegurem que os órgãos representantes das pequenas empresas estejam informados sobre as últimas mudanças na regulamentação fiscal e tenham ocasião de apresentar suas opiniões e propostas. Para auxiliar as pequenas e médias empresas a cumprir as regras e garantir interpretações comuns em todas as regiões do país, os funcionários fiscais devem poder contar com uma formação básica em matéria de regulamentação e procedimentos tributários.

### **Reforma financeira e acesso ao capital.**

A criação de mercados financeiros domésticos eficientes e de acesso ao crédito para empresas locais têm sido os maiores objetivos dos bancos multilaterais e das agências bilaterais de desenvolvimento, cujas atividades

são, na maioria das vezes, direcionadas para a estabilização do ambiente de negócios e para o fortalecimento das instituições financeiras.

Um dos grandes problemas das intervenções que atualmente se realizam, quando se trabalha com muitos intermediários de eficácia desigual, é que estes nem sempre são motivados pela demanda. Modelos de sucesso têm implementado uma abordagem que envolve múltiplos atores para o desenvolvimento de mercados eficientes. Considere-se os esforços da Corporação Financeira Internacional (CFI) para desenvolver o setor de arrendamento mercantil (leasing) em muitos países, um modelo que também é aplicável a microcréditos e financiamento habitacional. Este modelo se baseia na formação de uma coalizão de atores do mercado integrada por governos e reguladores, instituições internacionais de arrendamento mercantil, instituições financeiras locais e especialistas em aspectos legais, regulatórios e tributários do leasing.

Os governos devem desempenhar um papel chave na criação e construção de infra-estrutura e instituições financeiras de longo prazos, para fortalecer o sistema bancário e torná-lo mais competitivo. Neste processo, os governos devem garantir que os programas públicos de ajuda financeira sejam complementares – ao invés de competir com o financiamento privado disponível em condições comerciais normais.

Os formuladores de políticas devem concentrar-se em reduzir as barreiras de acesso ao financiamento, reconhecendo que o acesso é geralmente mais importante que o custo desse financiamento. Eles devem reconhecer que programas de crédito subsidiado são insustentáveis e desnecessários, e que é mais importante reduzir os custos transacionais e aumentar a

produtividade e a inovação entre os provedores de serviços financeiros. Eles devem também reformular as regras dos mercados financeiros, introduzindo novas estruturas legais e eliminando qualquer tipo de obstáculo ou limite restritivo. É preciso contar com condições legais e sistemas de implementação eficientes, para abordar temas tais como falências, registros, garantias e regulamentação de empréstimos. Tais medidas podem gerar benefícios muito mais importantes do que programas de crédito específicos.

Para atender melhor as necessidades de empresas menores, é preciso reforçar o alcance e a capacidade operativa das instituições financeiras. Sempre que estão sujeitas à regulamentação apropriada, as instituições financeiras não bancárias desempenham um papel mais relevante, pois são mais capazes de se ajustarem de forma efetiva às necessidades de pequenas e médias empresas via a oferta de produtos financeiros inovadores e de instrumentos que fomentem a liquidez e coloquem à sua disposição uma gama de produtos personalizados de seguros, empréstimos e poupança.

Em certos casos, o financiamento público permite preencher lacunas existentes nos mecanismos de financiamento. Mas os governos precisam garantir que os programas públicos sejam complementares, ao invés de competir com o financiamento privado que poderia estar disponível em termos comerciais. Os esforços devem orientar-se para utilizar os sistemas bancário e financeiro existentes de forma a distribuir os recursos, e não para criar agências estatais específicas, que durante muito tempo têm demonstrado sua incapacidade em canalizar fundos. Os Estados Unidos adotaram o conceito de Gestão da

#### QUADRO 3.1 O SETOR PRIVADO DA COSTA RICA – UM BOM EXEMPLO

A Costa Rica tem atraído algumas das principais empresas de tecnologia da informação. Hoje, a fábrica de montagem e produção de chips da Intel, avaliada em 0,5 bilhão de dólares, é responsável por 25% dos produtos da empresa em todo o mundo e responde por 40% das exportações do país. Isso fez do país um dos 30 maiores exportadores de software no mundo e o maior exportador per capita de tecnologia da informação na América Latina. Entre 1985 e 2002 as exportações do país quintuplicaram, passando de 1,1 bilhão de dólares para 5,1 bilhões. O fluxo de investimentos estrangeiros diretos cresceu mais de dez vezes, de 59 milhões em 1989 para 661 milhões em 2002.

A taxa de alfabetização na Costa Rica é de 95,5%, e 18,5% da força de trabalho em atividade possui ensino superior ou técnico completos. Políticas governamentais aprimoraram o sistema educacional, incorporando ensino técnico e treinamento em eletrônica, informática e engenharia. O país possui 85 escolas vocacionais (que ensinam a mais de 85.000 estudantes por ano), 4 universidades públicas e 46 privadas, incluindo uma das mais reconhecidas instituições de ensino de negócios da América Latina, a INCAE. O governo também fundou um Instituto de Ensino Nacional, que oferece treinamento técnico gratuito, já tendo treinado mais de 127.000 pessoas.

O setor privado lidera a atração de investimentos e a criação de um ambiente favorável aos negócios através de uma organização sem fins políticos e lucrativos, a Organização para Investimentos e Desenvolvimento da Costa Rica (CINDE). Criada em 1983, é financiada por doadores internacionais e fortemente apoiada pelos altos escalões do governo. Nos anos 90, a CINDE começou a atrair corporações multinacionais, tendo exercido papel fundamental na decisão da Intel de instalar na Costa Rica sua primeira fábrica de chips na América Latina, o que não estava nos planos iniciais. A empresa foi influenciada pelo ambiente, aberto e favorável aos negócios, conjugado a um sistema político estável, respeito pelo domínio da lei, baixos índices de corrupção e boa infra-estrutura.

Mais de 30 multinacionais se mudaram para a Costa Rica, gerando mais de 10.000 empregos na indústria eletrônica. Corporações multinacionais, como a Intel, também contribuíram diretamente para o desenvolvimento de uma força de trabalho capacitada, através de treinamento no local de trabalho e instituições formais de ensino, além de aumentar o conhecimento sobre oportunidades de carreira na engenharia e em outras áreas técnicas.

*Fonte: PNUD (2001)*

Pequena Empresa, que é útil como modelo. O objetivo é fazer com que o sistema financeiro possa catalisar o crescimento das pequenas e médias empresas e aliviar os riscos extrínsecos aos negócios, dos quais os empresários podem prescindir.

Os pequenos empresários devem dispor das mesmas ferramentas de administração de risco que as grandes empresas possuem, dentre as quais se encontram produtos de seguro e proteção, assim como produtos sofisticados que permitem minimizar, por exemplo, riscos cambiais ou inflacionários. Porém, redes e parcerias podem chegar a ser ainda mais importantes. Os recursos podem vir de

emigrantes, novos ofertantes de capital de risco, participações societárias, ou de outros tipos de empresas ou grupos de particulares, mais conhecidos como “anjos”, pessoas que progrediram no sistema e agora desejam ajudar outros a progredir também. O acesso a esses fundos pode introduzir o empreendedor em redes profissionais que compartilham padrões para a avaliação de novas empresas. À medida que o acesso a essas redes é formalizado pelas instituições, mesmo os empreendedores pobres podem desfrutar de financiamentos e de serviços de gestão de riscos.

O objetivo de longo prazo deve ser dispor de instituições financeiras que apoiem as pequenas e médias empresas e encorajar os mercados financeiros a operarem de maneira efetiva. Isso requer que se ponha em marcha e se desenvolvam agências de crédito e outros mecanismos que proporcionem uma referência creditícia, um método eficaz para fortalecer os sistemas financeiros.

### Desenvolvendo capacidades e conhecimentos

Mais investimentos são necessários na capacitação de empresas locais, incluindo línguas estrangeiras, tecnologia da informação e planejamento gerencial, incluindo noções de economia, finanças e gestão de projetos. Parcerias público-privadas que combinem formação prática no local de trabalho com o ensino básico podem ser pontos de partida de modelos viáveis de aprendizagem. Também são eficazes os esforços recentes no sentido de propiciar treinamento em liderança para tomadores de decisão de países em desenvolvimento, fornecido por instituições educacionais proeminentes no tema. É de especial importância a capacitação local de formadores, “ensinando a quem ensina”, por ser a única maneira de responder à enorme demanda por capacitação existente nos países em desenvolvimento.

Também existem oportunidades para acelerar a capacitação e para incentivar o empreendedorismo, aproveitando-se os vínculos sociais no setor privado de países em desenvolvimento. Os emigrantes que residem em economias avançadas estão em excelente posição para incentivar empreendedores locais, ou para tornarem-se investidores ou empresários. Expatriados nos países em desenvolvimento também podem contar com uma capacitação que lhes permita treinar e motivar empreendedores locais.

Adicionalmente, os governos devem fazer o possível para:

- Construir redes de empreendedores e associações para a aprendizagem entre pares. As redes podem criar um clima empreendedor para treinamento, capacitação e aprendizado, além de reforçar as conexões existentes entre empresas. Nelas se apoiam sistemas privados e nativos de aprendizado, que encoraja os empreendedores a aprender com seus pares.
- Aproveitar o potencial do setor privado para oferecer formação, o e treinamento no local de trabalho, como uma parte vital do desenvolvimento do capital humano.
- Estabelecer um sistema nacional efetivo para treinamento e desenvolvimento de capacidades, envolvendo organizações de empregados e trabalhadores como atores principais.
- Desenvolver instituições de formação, o em gestão empresarial, incluindo escolas de negócios, para formar talento empresarial local.
- Conduzir pesquisas adicionais sobre empreendedorismo nos países em desenvolvimento, visando melhor compreender as interações entre as características empreendedoras e o ambiente de negócios.
- Desenvolver políticas públicas para incentivar emigrantes capacitados a retornar a seus países.

O verdadeiro envolvimento dos principais atores no processo de mudança somente é útil se vem

acompanhado do comprometimento, nos níveis mais altos, e da percepção de que as mudanças estão acontecendo. Especialmente no início do processo, demonstrações de sucesso e mudanças são vitais para dissipar o sentimento de ceticismo e descrença que geralmente acompanham anúncios governamentais de mudança. As autoridades já possuem o poder de implementar novas abordagens de forma rápida, particularmente nos casos em que as mudanças abarcam as regras administrativas.

Divulgar o sucesso de modelos de reforma em outros países em desenvolvimento ou vizinhos pode ser uma ferramenta útil para garantir apoio, uma vez que é provável que sejam vistos como aplicáveis, dadas as condições locais semelhantes. Assim, a liberação da capacidade intelectual e de implementação do setor privado doméstico será muito importante, sendo completada pela experiência internacional ou entre países em desenvolvimento.

Constantemente, as pessoas pobres têm demonstrado habilidade no uso da tecnologia, o que deveria ser utilizado como elemento central de qualquer programa de reforma, permitindo o salto essencial para que o progresso seja rápido. O trabalho com organizações da sociedade civil para examinar e monitorar impactos e extrair lições será responsável pelo processo de construção da coalizão que deixará as bases para futuros processos de mudanças.